



Rede Internacional para a Inovação em Segurança

O que é a RISE?

Somos uma Rede Internacional que promove novos modelos de segurança e de inovação em políticas públicas a distintos níveis: locais, regionais, nacionais e internacionais.

Somos da opinião de que as **políticas públicas de segurança devem** fazer-se através de uma **abordagem transversal que privilegie a prevenção social, gerando respostas que alterem de modo efetivo as causas da delinquência e das violências**, superando-se deste modo a ideia de um sistema de ordem onde prevalecem a lei e o populismo punitivo.

Defendemos que é **imprescindível situar a pessoa no centro** das políticas públicas de segurança, através do respeito e garantia dos seus direitos fundamentais, abordando todas as formas de violência e **ampliando as capacidades de decisão e de ação efetivas nas definições de tais políticas**.

Propomos ainda a necessidade de fundamentar uma nova cultura cidadã de segurança através da promoção e colaboração na construção de um debate social amplo e informado.

Os âmbitos de interesse da Rede são:

- As situações problemáticas que devem ser abordadas pelas políticas públicas de segurança: problemas de convivência, criminalidade, emergências, entre outras;
- Os tipos de respostas oferecidos por estas políticas, incluindo a prevenção, a segurança cidadã, a gestão de espaço urbanos, a intelligence, a justiça penal, a geração e uso de dados e estatísticas, etc.;

- A implementação: novas abordagens a partir da gestão e da direção política dos corpos de polícia e de segurança, mas também dos serviços de medição e de prevenção, com transparência e prestação de contas, controlo da segurança privada, entre outras;
- Os resultados da aplicação destas políticas: melhoria para os direitos das pessoas, alterações nas percepções de segurança, não discriminação, etc.

Quem integra a RISE e o que fazem?

A RISE é um **espaço de construção coletiva** composto por pessoas dedicadas a pensar e trabalhar ativamente a segurança a partir de diferentes territórios e de múltiplos âmbitos profissionais como a gestão pública, a academia, os movimentos políticos e sociais e as organizações não governamentais, entre outras.

Procuramos criar **propostas concretas de políticas públicas transformadoras, exequíveis e fundamentadas na evidência**. Fazêmo-lo a partir da definição de base de novos conhecimentos, oferecendo mais produção académica à gestão e à intervenção direta, assim como integrando uma multiplicidade de atores que, tradicionalmente, têm estado afastados dos debates sobre a segurança.

O nosso maior potencial está na abertura de um espaço para o debate social amplo e democrático de maneira a trabalhar de modo colaborativo, **aproveitando a experiência acumulada, gerando alianças e somando capacidades que possibilitem o intercâmbio de conhecimentos, recursos e experiências em diferentes regiões do mundo**.

Propomos, entre outras ações: elaborar posicionamentos e campanhas de incidência política; conectar com profissionais de diferentes áreas e regiões do mundo; elaborar conteúdos acessíveis sobre temas da atualidade ou diversos aspetos da gestão da segurança; oferecer recursos e materiais práticos e úteis para o desenho, implementação e avaliação de políticas públicas de segurança, gerando espaços específicos de debate, intercâmbio e formação.

Porquê repensar as política e modelos de segurança?

Vivemos em contextos socioeconómicos cada vez mais globalizados e complexos, nos quais os centros de poder e de decisão se modificaram radicalmente e em que são crescentes as dificuldades na gestão dos efeitos adversos do atual modelo económico.

A existência de violências e de desigualdades estruturais e a necessidade de os poderes públicos manterem e protegerem o sistema face às constantes crises do capitalismo, deram origem ou consolidaram políticas de segurança que respondem exclusivamente ao cumprimento da lei e da ordem, centrando-se em respostas punitivas e na criminalização dos setores mais vulneráveis. Tal acontece sem que, em geral se ofereçam respostas às necessidades de resolução do conflito social e político, permitindo-se outras violências inerentes ao sistema como sejam as violências machistas ou os crimes económicos.

A insegurança está presente nas nossas sociedades de modo persistente e problemático. No entanto, as políticas e modelos hegemónicos de segurança, bem como as propostas dos novos e emergentes totalitarismos, não oferecem soluções efetivas. Pelo contrário, contribuem para agravar a situação.

Perante a impossibilidade de articular soluções eficazes, têm-se proposto soluções de prevenicionismo tático acompanhadas, frequentemente, de restrições às liberdades da maioria da população. Como consequência e face às promessas de maior segurança, uma parte importante da população está disposta a aceitar a limitação de direitos próprios e de terceiros. O evidente risco desta postura é a criação de exigências de mais segurança punitiva que acabam por justificar abusos de poder e respostas de cariz totalitário, favorecendo táticas de lei e ordem difíceis de serem revertidas. Simultaneamente, limita-se o espaço de atores e de respostas de prevenção social no âmbito das políticas públicas de segurança e exclui-se a população do processo da sua construção e evolução.

Ao contexto assim descrito junta-se ainda a chegada, em 2020, da pandemia do coronavírus, que tem revelado novas expressões daqueles modelos, permitindo-se, por exemplo, a delegação de funções de gestão da emergência às forças armadas - que deveriam ser reservadas para a proteção civil. Inclusivamente, vem-se impulsionando uma doutrina militar que baseia a sua participação na gestão dos conflitos internos.

A gestão da crise tem demonstrado que o problema reside na opção, por parte do Estado, de alimentar o medo e o paternalismo protetor, em vez de promover a potenciação da cidadania e de optar por fortalecer a maturidade democrática através da participação ativa. Se o que se pretende é a liberdade, há que se assumir um mínimo de incerteza, de insegurança. Ceder toda a liberdade em troca de segurança conduz à aceitação de um permanente protectorado que é, por seu turno, incompatível com modelos democráticas de uma sociedade madura.

Como contrapeso a estas tendências, diferentes movimentos sociais e políticos, como o feminismo, os movimentos de reivindicação pela igualdade e pelos direitos civis, contra o racismo ou contra as alterações climáticas, têm ganho força e globalidade e estabelecem-se como atores imprescindíveis para pensar numa alternativa sólida aos atuais modelos de segurança e de gestão policial.

Existem também experiências de implementação de políticas de segurança originais, quer a nível local quer a nível estatal, com diferentes graus de consolidação mas que, na sua maioria, abarcam apenas âmbitos pontuais do modelo global e que, por isso, exigem ser referenciadas, analisadas, difundidas e potenciadas.

Quais são os eixos de inovação prioritários para a RISE?

Tal como já dissemos, consideramos imprescindível inovar as políticas de segurança, gerando novas conceptualizações e propostas específicas sobre como abordar as violências e o crime, através de **soluções concretas, exequíveis e fundamentadas na evidência**.

Devemos rever a aplicação dos modelos de controlo de populações, **renunciar ao populismo punitivo** e passar do prevenicionismo tático à neutralização das causas, trabalhando na integração dos diferentes níveis geradores de políticas: local, regional, nacional e internacional.

É imprescindível construir **políticas de segurança centradas nas pessoas**, incorporando a perspetiva das vítimas a partir de um lugar ativo, bem como repensar as necessidades de reparação e a resposta do sistema, gerando as condições de **acesso a uma justiça plural e equitativa**.

É necessário eliminar as práticas securitárias que limitam os direitos de grupos marginalizados ou discriminados.

Acreditamos que também é essencial gerar políticas inclusivas, incorporando o princípio de não discriminação e a perspetiva de género de forma transversal, dando lugar aos coletivos e aos grupos sociais tradicionalmente excluídos desta construção, assim como rever as limitações no acesso aos direitos de cidadania que se convertem precisamente num fator de insegurança para parte importante da população. O sistema de segurança deve garantir sempre o respeito irrestrito aos direitos humanos por parte de todos os elementos do Estado, promovendo mecanismos acessíveis e efetivos para a sua proteção.

Exige-se a melhoria da **transparência - política, estatística e de informação** - de modo a gerar confiança, responsabilidade e participação e de modo a fortalecer os sistemas de prestação de contas que devem gerar informação acessível e compreensível para a cidadania.

As **forças de segurança** têm um importante papel a jogar, mas a sua profissão exige também e urgentemente uma **alteração e uma redefinição**. É prioritário dispor de um **sistema de justiça criminal integral totalmente renovado**, que articule os seus diferentes elementos (o normativo, a administração da justiça, a gestão policial e prisional) tomando em consideração a perspectiva das vítimas e das pessoas investigadas. É necessário **repensar** quais são os **objetivos e o funcionamento da política criminal**, os tipos de crime e o processo penal.

Por outro lado, a necessária **separação entre as funções de segurança interior e da defesa** levam a recusar totalmente que as forças armadas tenham ingerência ou vinculação com a segurança cidadã, com a ordem pública ou com a gestão de conflitos internos.

A segurança é poliédrica e corresponde a muitos atores institucionais e sociais. Por isso é necessário criar políticas que contemplem as necessárias relações com outras seguranças e exigir que se garantam as condições materiais de existência para o exercício de uma vida digna, assim como incorporar uma **visão transversal** da gestão da segurança em todas as etapas da política pública - diagnóstico, desenho, implementação e avaliação - e a **relação com outras políticas**.

Por último, num contexto global onde os setores conservadores e os seus meios de comunicação de massas colocam o debate sobre a segurança em termos dicotómicos e simplistas, também é necessário **democratizar o acesso à informação e exigir e fomentar um debate social informado sobre as políticas de segurança**.

Com esta perspectiva e com o objetivo de contribuir na construção coletiva de respostas a estas questões, propondo uma mudança de paradigma na geração de propostas de políticas públicas de segurança, nasce RISE - Rede Internacional para a Inovação em Segurança.

Quais são os objetivos da RISE?

<i>Objetivos Estratégicos</i>	<i>Objetivos programáticos</i>
<p>1. Criar uma comunidade de conhecimento e de prática com capacidade para analisar criticamente as políticas de prevenção e de segurança, e propor ações inovadoras e exequíveis.</p>	<p>a. Incorporar na rede profissionais, político/as e ativistas de um vasto número de países comprometidos com os valores/ideias de RISE.</p> <p>b. Organizar espaços de contacto e de intercâmbio dentro da comunidade.</p>
<p>2. Gerar novos modelos de segurança.</p>	<p>a. Estabelecer conteúdos programáticos e sobre o modelo.</p> <p>b. Produzir conteúdos sobre atualidade e informativos.</p>
<p>3. Incidir na definição e implementação de políticas públicas de segurança.</p>	<p>a. Difundir pelos responsáveis públicos o modelo de segurança promovido pela RISE.</p> <p>b. Gerar e promover soluções efectivas de segurança.</p> <p>c. Definir standards e validar políticas concordantes com o modelo promovido pela RISE.</p>
<p>4. Fundamentar uma cultura cidadã de segurança.</p>	<p>a. Fomentar o debate construtivo e de qualidade sobre políticas públicas de segurança.</p> <p>b. Colaborar na construção de conhecimento do/as cidadãos e cidadãs sobre a segurança e a suas políticas.</p> <p>c. Integrar os atores organizados que trabalham/analizam o tema da segurança sob o enfoque da RISE.</p> <p>d. Promover uma consciência cidadã de reconhecimento e defesa dos direitos próprios e de terceiros.</p>